

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA-FIC

Formação Inicial e Continuada
Ensino Fundamental

DOCUMENTO BASE

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- Documento composto a partir das considerações constantes dos capítulos 1 e 2 do Documento Base do PROEJA (BRASIL, 2006), “A Educação de Jovens e Adultos no Brasil” e “Percurso descontinuo e em descompasso em relação à Educação Básica no Estado brasileiro”, respectivamente.
- O Documento Base do PROEJA contempla aspectos relacionados à integração do ensino médio e os cursos técnicos de nível médio.
- O Documento Base do PROEJA-FIC já contempla uma abordagem sobre questões acerca da integração entre formação inicial e continuada de trabalhadores e os anos finais do ensino fundamental na EJA.

- Trata-se de um documento segmentado em 7 tópicos, dos quais 6 abordam questões sobre acesso, permanência e qualidade da Educação Básica, a necessidade de integração entre Educação Profissional, formação inicial e continuada e o ensino fundamental na EJA, a Política de integração da Educação Profissional – FIC na EJA, concepções e princípios gerais, Projeto Político Pedagógico e os aspectos operacionais.

Acesso, permanência e qualidade

- Embora a universalização esteja sendo ampliada, problemas como qualidade, dualidade público X privado, repetência e evasão ainda estão muito presentes na realidade educacional.
- 94% de crianças entre 7 e 14 anos tem acesso ao EF, mas deficiências dificulta a permanência e causa evasão de crianças das classes populares.
- Censo de 2005 constatou que 91,8%, inclusive na EJA, estão matriculados na rede pública e 9,2% na privada.

- Semelhante resultado é constatado no EM, com 88,2% matriculados na rede pública.
- Já na ES constata-se o inverso, com 71% matriculados na rede privada.
- Aqueles que frequentam cursos superiores mais concorridos são os mesmos que frequentaram a rede privada no EF e EM.
- A pequena parcela de filhos das classes populares que usufruíram do serviço público de ensino e que frequentam a universidade, o fazem na rede privada de ES.
- Isso acontece não por opção, mas em função de que não foram contemplados com um ensino de qualidade que garantisse paridade no processo seletivo concorrido.

- Ainda que se garanta o acesso ao ensino básico, isso não é suficiente para garantir a plena aprendizagem nem os processos de produção de saberes.
- As raízes dos problemas estão relacionadas às concepções de educação, às práticas pedagógicas, ao financiamento da educação, à gestão do sistema escolar, infraestrutura física, formação dos profissionais e déficit quantitativo de tais profissionais.
- Em relação ao financiamento o FUNDEB, em substituição ao FUNDEF, amplia a vinculação institucional que, antes, só atendia o EF, mas agora “atende” a educação infantil, o EM e a EJA.

- Aumento significativo do número de atendidos que, antes era de aproximadamente 38 milhões matriculados no EF e, agora, mais quase 11 milhões do EM e EJA e aproximadamente 7 milhões da educação infantil, o que implica em aumento do financiamento.
- Em relação à gestão as dificuldades são muitas e aparentes, ressaltando a descontinuidade de políticas públicas educacionais em função da alta rotatividade dos dirigentes públicos em todas as esferas políticas.
- Isso favorece a promoção “pessoal” ou político-partidária.
- Também ressalte-se a inadequação da gestão frente às necessidades e interesses da população.

- Muito se ouve falar da gestão democrática ou participativa, mas no concreto as coisas são diferentes em função de alinhamentos político-partidários.
- Reduccionismo nas concepções de gestão democrática à eleição dos dirigentes escolares.
- Para superação é necessário que a gestão seja baseada no coletivo e não centralizada em pequenos grupos ou partidos, envolvendo, além dos dirigentes, todo o quantitativo educacional (profissionais, discentes, familiares, comunidade em geral).
- Aplicar tal fundamento, sobretudo na construção do PPP – princípio da construção coletiva.

- Formação de professores (inicial e continuada) é elemento central.
- Dados quantitativos relacionas à evasão e à distorção idade-série sugerem urgência no tratamento não fragmentário, mas totalizante e sistêmico de toda questão educacional.

CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

- O PROEJA se fundamenta na tríade:
 - Formação voltada para atuação no mundo do trabalho
 - Especificidades do sujeito; e
 - Formação voltada para o gozo e o pleno exercício da cidadania.
- Em função desse fundamento, o Documento Base PROEJA-FIC leva em consideração os seguintes pontos:
 - Vê como cidadão e trabalhador o jovem e o adulto.
 - O trabalho é tido como princípio educativo.
 - Necessidades específicas e demandas atuais relacionadas à formação do trabalhador.
 - A estreita vinculação entre currículo, trabalho e sociedade.

- O PROEJA é fundamentado com base em alguns princípios:
 - Princípio da aprendizagem e conhecimentos que tenham significado para o educando.
 - Princípio de respeito ao ser e saber do educando.
 - Princípio do processo de construção coletiva do conhecimento.
 - Princípio da interdependência entre educação e trabalho, integrando a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica.
 - Princípio interdisciplinar.
 - Princípio da avaliação como processo.

- Considerando a importância do trabalho enquanto elemento de forte socialização e solidariedade é que o Documento Base PROEJA-FIC foi pensado a partir da integração entre a Educação Profissional e a FIC.
- Desafios do mundo do trabalho – relações humanas (respeito, comunicação, alteridade, educação, qualificação científica) para o desenvolvimento das atividades humanas, dentre elas a profissional.
- Isso imprime uma lógica de que a escola deve se sensibilizar frente as novas demandas no processo de formação/capacitação de trabalhadores, primando pela integralidade na formação e garantir, além de acesso, também permanência na própria escola e no mundo do trabalho.

- De acordo com o Documento Base há uma relação de habilidades que devem ser contempladas no ato educacional de JA, quais sejam:
- Capacidade de raciocinar logicamente.
- Ter iniciativa frente a situações específicas.
- Ser solidário.
- Ser capaz de administrar conflitos.
- Deter conhecimentos científico e tecnológico.
- Ser capaz de ler bem e de interpretar satisfatoriamente o que leu.
- Desenvolver a liderança.
- Ser capaz de abstrair conceitos e tomar decisões.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

- Considerando o artigo 37 da LDB, que diz que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, o Documento Base aponta os princípios político-pedagógicos básicos secundo a sua proposta, quais sejam:
- O diálogo entre professor e aluno: desenvolvimento de ambiente e relação favoráveis ao processo ensino-aprendizagem.
- A história de vida do aluno: O sucesso escolar depende da valorização do contexto do aluno.

- O espaço e tempo de formação: a sala de aula como ponto de encontro e superação das diversidades.
- A produção de conhecimento: tanto aluno quanto professor são sujeitos-agentes no processo de construção do conhecimento.
- A abordagem articulada das informações: Favorecer uma articulação entre a teoria e a prática docente a fim de priorizar a compreensão crítica de relações dos fenômenos no contexto sociopolítico e cultural.
- A preparação para o trabalho e suas várias dimensões: É necessário preparar para o mundo do trabalho, mas é ainda mais premente valorizar as dimensões filosófica, estética, política e ética, superando os limites do utilitarismo da Educação Profissional, superando a pedagogia taylorista/fordista.

- Os desafios de se construir um PPP que contemple tais princípios podem ser minimizados ao se observar algumas dimensões elencadas pelo Documento Base, quais sejam:
- Público-beneficiário: transcender discussões sobre a determinação etária para jovens e atender àqueles que contam com a idade mínima para ingresso na EJA (mas a proposta do curso está voltada para um público de maior idade).
- Modalidade de oferta: compartilhar espaços e histórias de vida é de grande importância e significado, por isso a importância da presencialidade.

- Organização curricular: Evitar a tradicional fragmentação curricular e primar pela integração e interdisciplinaridade.
- Organização dos tempos e espaços: considerar a carga horária proposta para o curso independentemente do ano civil, primando pela presencialidade e a organização em unidades formativas, modalidades, etapas ou fases, conforme definido pela instituição proponente.
- Aproveitamento de estudos e experiências anteriores: conduzir os alunos a uma situação de aprendizagem e reflexão crítica a partir de suas histórias de vida e experiências pessoais, valorizando as relações sócio-culturais.

- Avaliação: trabalhar com a multiplicidade de ferramentas avaliativas considerando as especificidades e particularidades do indivíduo dentro do coletivo.
- Áreas de formação: é preciso se pensar a oferta de cursos do PROEJA-FIC em consonância com as demandas sociais, arranjos produtivos, sociais e culturais de cada localidade ou comunidade.

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA-TEC

Educação Profissional Técnica de Nível Médio /
Ensino Médio

DOCUMENTO BASE

CONSIDERAÇÕES GERAIS

- A EJA no Brasil é historicamente marcada pela descontinuidade e por políticas públicas ineficazes e insuficientes para conseguir suprir a demanda e cumprir o direito conforme o estabelecido na Constituição Federal de 1988.
- Políticas públicas isoladas, centralizadas (interesses de grupos político-partidários).
- A partir de 2003, através do programa “Brasil Alfabetizado”, se viu crescer a preocupação com a destinação de verbas para os municípios promoverem a continuidade.

- Todavia a demanda por políticas públicas constantes e duradouras neste segmento é crescente.
- Em função da evasão e/ou da repetência há uma grande presença de jovens na EJA. O problema do acesso tem sido equacionado, entretanto o problema da qualidade do ensino, que garante a permanência e sucesso do ensino-aprendizagem, ainda caminha a passos lentos.
- Além do mais os problemas ocasionados a partir das desigualdades socioeconômicas são um agravante, obrigando famílias a explorar o trabalho infantil.

- A EJA em si atua com indivíduos marginalizados pelo sistema que ainda carregam alguns atributos associados, tais como etnia, gênero, entre outros.
- Através do Decreto n. 5.478, de 26 de junho de 2005, inicialmente denominado como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, observa-se a exposição da decisão governamental em atender a demanda existente de jovens e adultos através da oferta de educação profissional e técnica de nível médio.
- Sua base de ação teve como princípio a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mas anteriormente ao citado decreto instituições da Rede já vinham desenvolvendo alguma experiência na área.

- Tais experiências em conjunto com os pressupostos do programa mostraram a necessidade de ampliação das ações, vislumbrando a universalização da educação básica associada com a formação para o mundo do trabalho, com ações especificamente desenvolvidas para jovens e adultos com histórico de descontinuidade escolar.
- A partir de então o Decreto 5.478/2005 foi revogado pelo Decreto n. 5.840, de 13 de julho de 2006, com várias mudanças para o programa, tais como ampliação da abrangência do nível de ensino, inclusão do ensino fundamental e admissão dos sistemas municipais e estaduais de ensino e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando à denominação de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

- CONCEPÇÕES:

- Necessidade de empreender ações que vão além do programa, considerando as limitações do Estado em garantir o cumprimento do direito constitucional de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.
- Não limitar a ação a uma situação temporária, mas perene e em constante crescimento, tirando a EJA no âmbito do nível médio da incipiência.
- Assim, discutir uma política de educação profissional integrada ao ensino médio na modalidade EJA implica também discutir a concepção da educação continuada de caráter profissional para além da educação básica.

- Um dos marcos gerais no delineamento do programa é a proposta de rompimento com a dualidade estrutural cultura geral X cultura técnica, fato que favorece uma educação academicista para a classe favorecida e uma educação instrumental para a classe desfavorecida (educação pobre para os pobres).
- A concepção geral pressupõe uma política cujo objetivos de formação se pautam na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, através da indissociabilidade dessas dimensões no mundo real.
- Uma das finalidades mais importantes, então, dos cursos técnicos integrados deve ser a capacidade de proporcionar educação básica sólida, ou seja, formação integral do educando.

● PRINCÍPIOS:

- 1) Inclusão da população nas ofertas educacionais geradas pelas entidades públicas componentes dos sistemas educacionais.
- 2) Inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação nos sistemas educacionais públicos. Tal princípio decorre do primeiro.
- 3) Ampliação do direito à educação básica, pela universalização do ensino médio (a formação humana exige tempos distintos e alongas para consolidação de saberes).
- 4) O trabalho como princípio educativo. Homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho (ação transformadora no mundo de si, para si e para outrem).

- 5) Pesquisa como fundamento da formação do sujeito (produção de conhecimento e avanço na compreensão da realidade, contribuição para construção da autonomia intelectual dos sujeitos/educandos).
- 6) Condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Considerar, neste sentido, outras categorias além de trabalhadores como constituintes de identidades do modo de ser e estar no mundo de jovens e adultos.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

- Insistência na construção de um projeto político-pedagógico integrado, ainda que seja possível a oferta de cursos de educação profissional articulada ao ensino médio em outras formas (integrada, concomitante e subsequente).
- O que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre saber e o saber-fazer.

- É necessário estabelecer a relação entre educação profissional, ensino médio e EJA a fim de se delinear uma ação integrada para um projeto educativo para além de segmentações e superposições conteudísticas que impedem o vislumbre de uma realidade complexa.
- Neste sentido a EJA é entendida tanto como modalidade de ensino como estratégia de formação continuada.
- O grande desafio é a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos, inclusive de uma escola de e para jovens e adultos, considerando as especificidades da clientela (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais etc.).

- Tais concepções conduzem ao reconhecimento dos espaços de produção de saberes na sociedade, onde os saberes produzidos são também reconhecidos e legitimados e evidenciados por meio de biografias e trajetórias de vida dos sujeitos.
- Assim, o currículo integrado é uma possibilidade de inovar pedagogicamente na concepção de ensino médio, em resposta aos diferentes sujeitos sociais para os quais se destina.
- Abandona-se a perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo.

- A organização curricular não está pronta e acabada, mas deve considerar uma construção contínua, processual e coletiva envolvendo todos os sujeitos.
- Sua estrutura deve contemplar:
 - A concepção de homem como ser histórico-social.
 - A perspectiva integrada ou de totalidade a fim de superar segmentações ou desarticulações dos conteúdos.
 - A incorporação de saberes sociais e dos fenômenos educativos extra-escolares.
 - A experiência do aluno na construção do conhecimento.
 - O resgate da formação, participação, autonomia, criatividade e práticas pedagógicas emergentes dos docentes.

- A implicação subjetiva dos sujeitos da aprendizagem.
- A interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interculturalidade.
- A construção dinâmica e com participação.
- A prática de pesquisa.

AVALIAÇÃO

- A avaliação abrange todos os momentos e recursos que o professor utiliza no processo ensino-aprendizagem, tendo como objetivo principal o acompanhamento do processo formativo dos educandos, verificando como a proposta pedagógica vai sendo desenvolvida ou se processando, na tentativa da sua melhoria, ao longo do próprio percurso.